



PLANEAR PARA AGIR 2007-2010

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR



Programa Operacional de Emprego, Formação e
Desenvolvimento Social
Ministério da Segurança Social e Trabalho

Programa Operacional de Emprego, Formação e
Desenvolvimento Social
Ministério da Segurança Social e Trabalho

Governo da República
Portuguesa

União Europeia
Fundo Social Europeu

O Plano de Desenvolvimento Social, um dos principais instrumentos da metodologia de planeamento estratégico, surge na sequência de outros instrumentos já elaborados no Município de Armamar: o Pré e o Diagnóstico Social.

Do Pré-Diagnóstico Social, **recolher para conhecer**, surgiu um documento com a realidade Concelhia, por temáticas, enquadrada, sempre que possível, com as realidades do Distrito, da Região e do País.

No Diagnóstico **conhecer para identificar e planear**, foram identificados os problemas do Município, agrupados e priorizados em problemáticas, por sua vez trabalhadas em termo de forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

No Plano de Desenvolvimento Social, vamos **planear para agir**. Vamos definir as estratégias de intervenção e os objectivos a alcançar, tendo em conta os dados que nos foram fornecidos pelos documentos anteriores.

Como o Plano de Acção, vamos procurar **agir para solucionar**. O primeiro Plano de Acção, que faz parte integrante deste documento, refere-se a actividades a desenvolver ao longo do segundo semestre de 2007 e será avaliado no final do ano, altura em que se elaborará o Plano de Acção do ano seguinte.


A elaboração do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Acção para 2007 do Município de Armamar, decorreu durante o segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007.

A Técnica responsável pela elaboração do documento:

Helena Vilela Vidazinha

Índice

INTRODUÇÃO	4
1. METODOLOGIA	6
2. ESTRUTURA DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	8
3. DO DIAGNÓSTICO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	9
4. EIXOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR	11
👉 EIXO I- INTERVENÇÃO SÓCIO-EDUCATIVA PROMOTORA DA INCLUSÃO E PREVENÇÃO DE SITUAÇÕES DE RISCO	13
👉 EIXO II - ESCOLARIZAÇÃO, FORMAÇÃO E EMPREGABILIDADE	16
👉 EIXO III – RESPOSTAS DE APOIO A GRUPOS EM SITUAÇÃO DE FRAGILIDADE SOCIAL E PESSOAL.....	18
👉 EIXO IV – CONSOLIDAÇÃO DO TRABALHO EM REDE E SUSTENTABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	21
5. ARTICULAÇÃO DO PDS COM OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO	23
...DE INCIDÊNCIA NACIONAL.....	23
👉 PNAI – PLANO NACIONAL DE ACÇÃO PARA A INCLUSÃO	23
👉 PNE - PLANO NACIONAL DE EMPREGO	25
👉 PT - PLANO TECNOLÓGICO	26
👉 QREN 2007-2013 – QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICA NACIONAL	27
...DE INCIDÊNCIA TERRITORIAL	29
👉 PDM – PLANO DIRECTOR MUNICIPAL	29

 CARTA EDUCATIVA	29
6.SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO	32
7. ENQUADRAMENTO FINANCEIRO	34
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
BIBLIOGRAFIA	36
ENTIDADES E PROFISSIONAIS QUE PARTICIPARAM NA ELABORAÇÃO DO PDS.....	38
ENTIDADES QUE CONSTITUEM O CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE ARMAMAR	41

Introdução

Um Plano de Desenvolvimento Social (PDS) é um instrumento de definição conjunta e negociada de objectivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social. Tem em vista não só a produção de efeitos correctivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de acções de animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações.¹

Sabemos que os problemas e a sua resolução não podem ser analisados de uma forma isolada e independente, mas de uma forma integrada, em que uns levam aos outros e as suas resoluções pressupõem a articulação das várias formas de desenvolvimento: social, económico e ambiental, em suma, o Desenvolvimento Sustentável, para o qual têm de contribuir todos os sectores e todas as instituições com responsabilidade na sociedade.

Numa lógica de coerência externa, o PDS deve pois articular-se com outras formas de planeamento, nomeadamente, a nível territorial, com o Plano Director Municipal (PDM), com a Carta Educativa e outros que existam e a nível nacional como o Plano Nacional da Acção para a Inclusão (PNAI), Plano de Emprego (PNE), entre outros.

A nível interno, o PDS procura enunciar uma estratégia para atingir uma **situação social desejável**, porém realista, no território sobre o qual incide. Foi com base nesta premissa que após um processo de reflexão entre os parceiros sobre os

¹ Plano de Desenvolvimento Social, Programa Rede Social, ISS- Instituto de Segurança Social, 2003, p.15

inúmeros problemas enunciados no Diagnóstico Social, se estabeleceram prioridades de acção com vista a tornar possível e realista o PDS do Município de Armamar. Neste sentido, o presente documento, encontra-se estruturado nos seguintes capítulos:

- ▶ **1. Metodologia adoptada.**
- ▶ **2. Estrutura do PDS.**
- ▶ **3. Do Diagnóstico Social ao PDS** onde se fará uma abordagem às linhas estratégicas de intervenção e ao elo de ligação entre estes dois instrumentos.
- ▶ **4. Eixos de Desenvolvimento Social do Município de Armamar:** os eixos se encontram-se estruturados em quadros tendo como linhas orientadoras: os problemas que estão na origem de cada um; as finalidades que indicam o sentido geral da intervenção; os objectivos estratégicos que definem as linhas de trabalho que concorrem para as finalidades; os objectivos específicos que têm em vista os resultados a obter, bem como o período temporal a que se referem e ainda as estratégias e parceiras a adoptar e estabelecer para atingir a finalidade, tendo em conta os recursos. Para cada objectivo específico são definidas as actividades a desenvolver e sua calendarização, bem como os resultados esperados e os indicadores de monitorização.
- ▶ **5. Articulação do PDS com outros Instrumentos de Planeamento** – análise de como as estratégias do PDS de Armamar vão de encontro com outros instrumentos estratégicos de incidência territorial e nacional.
- ▶ **6. Sistema de Monitorização e Acompanhamento do PDS** – serão descritas as formas de monitorização e avaliação do PDS, bem como os respectivos instrumento e indicadores a ter em conta.
- ▶ **7. Enquadramento Financeiro.**
- ▶ **8. Considerações Finais.**

1. Metodologia

A trajetória do PDS assentou numa metodologia de trabalho participado, que teve a contribuição da maior parte das entidades locais que forneceram as suas informações e dados de que dispunham e enriqueceram o trabalho com as suas experiências e conhecimentos sobre a realidade social local. Na base de todo o trabalho de **elaboração do PDS** tivemos:

Numa primeira fase, a consulta de dados documentais e a recolha de informação estatística recorrendo para tal a fontes nacionais, essencialmente o Instituto Nacional de Estatística – INE, e fontes locais – Câmara Municipal; Segurança Social; Agrupamento Vertical de Escolas; Centro de Saúde, Instituições Particulares de Solidariedade Social; Associações de Cultura e Recreio; Juntas de Freguesia e outras. Toda a informação recolhida, depois de tratada, deu origem ao primeiro documento elaborado pela Rede Social de Armamar: o **Pré-Diagnóstico**.

Numa segunda fase, e numa lógica de participação, passou-se à identificação, pelos parceiros, dos problemas que mais afectam o Município. Através da metodologia *nuvem de problemas*, priorizaram-se problemáticas, que depois foram, cada uma delas e de uma forma individual, trabalhadas em *workshop's* (oficinas de trabalho), por grupos técnicos nominais, formados de acordo com as áreas para os quais cada entidade estaria mais vocacionada, sendo feita a *análise swot* das problemáticas identificadas. O resultado destas acções deu origem a um segundo documento: o **Diagnóstico Social do Município**.

Da identificação dos problemas ressaltaram dados que nos permitiram delinear as linhas orientadoras e estratégias, que passaram a ser a base da terceira fase do trabalho da Rede Social: a elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social**.

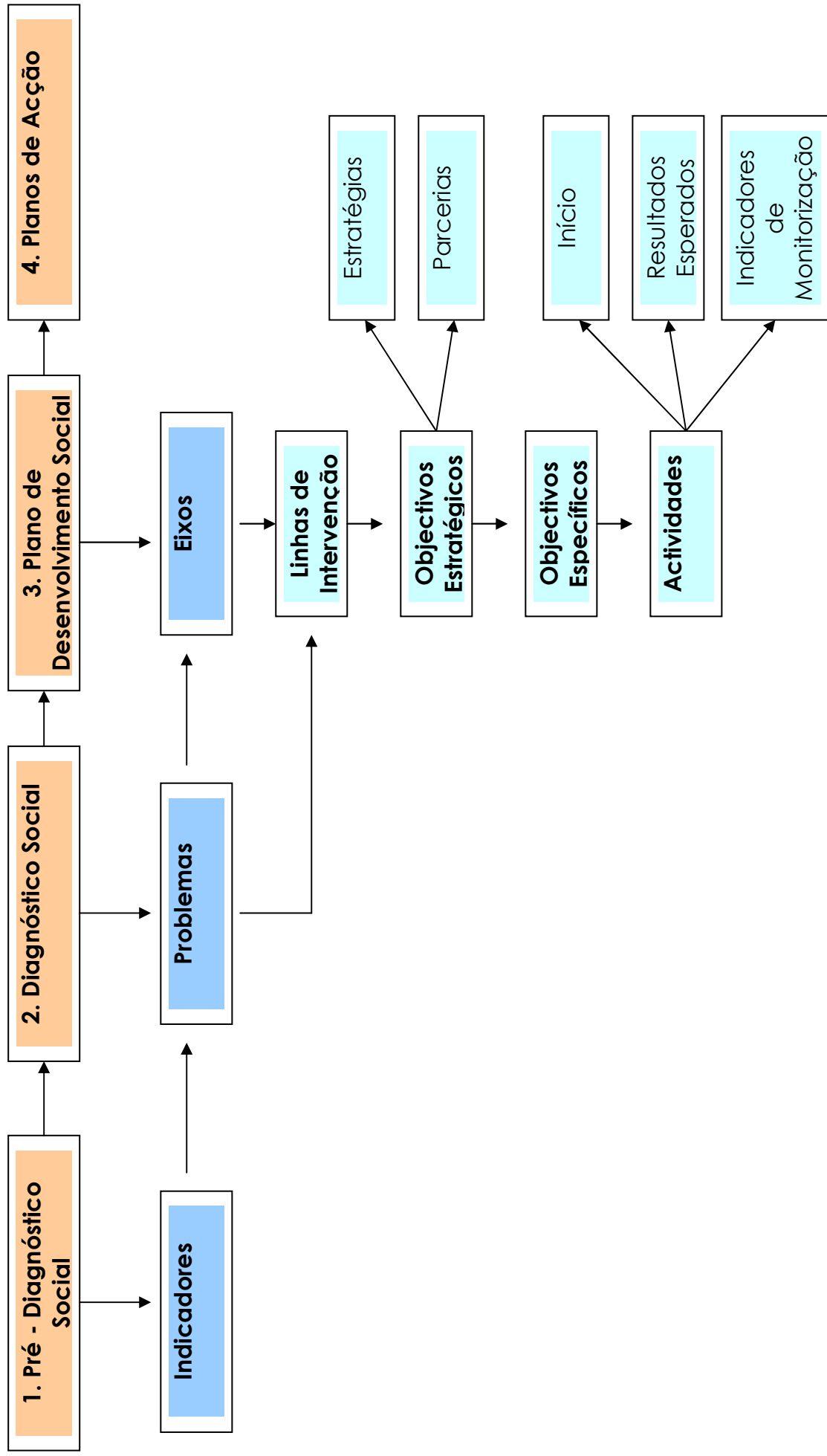
A metodologia utilizada em todo o processo de configuração do PDS foi a mesma utilizada no Diagnóstico Social: em núcleo executivo foram analisados os problemas que surgiram no Diagnóstico Social e respectivas áreas problemáticas. De seguida, e tendo em conta que com o PDS se pretende uma situação social desejável, porém realista, procedeu-se a uma filtragem dos problemas prioritários e aos quais poderíamos dar resposta ao longo dos próximos três anos. Assim, após análise e reflexão, foram feitas algumas reformulações e definidos os Eixos de Desenvolvimento a tratar.

De acordo com os Eixos definidos e dos problemas que lhe deram origem, foram criados grupos técnicos nominais, formados por agentes das várias entidades locais, com base na pertinência da sua acção, conhecimento e experiência. Foi pois criado um **grupo técnico nominal por cada eixo**, para trabalhar, em cada um dos eixos, as linhas de intervenção, os objectivos gerais e específicos, as actividades, os resultados esperados e os indicadores de monitorização.

Em sede de núcleo executivo, foram reunidos e tratados os resultados de cada grupo, resultando assim o **primeiro Instrumento Estratégico de Intervenção Social para 2007/2010 do Município de Armamar**.

Este PDS é constituído por 4 eixos de desenvolvimento, a que correspondem 9 linhas de intervenção, 13 objectivos estratégicos, 34 objectivos específicos e 55 acções, que estão na base dos documentos de operacionalização do PDS: os respectivos Planos de Acção.

2. Estrutura do Plano de Desenvolvimento Social



3. Do Diagnóstico ao Plano de Desenvolvimento Social

Problemas de Diagnóstico	Reformulação dos Problemas
Insucesso escolar	Ileteracia familiar – desvalorização da importância da Educação
Abandono escolar	
Falta de resposta alternativas ao abandono e saídas precoces da escola	Insuficiência e desadequação de equipamentos de apoio à aprendizagem e socialização da criança
Falta de respostas a crianças	
Inexistência de respostas de prevenção primária das toxicodependências	Carência de respostas e programas de articulação da educação formal e não formais específicos dirigidos a crianças e jovens
Analfabetismo	
Ileteracia	Baixas qualificações escolares e profissionais
Dificuldade de inserção profissional de grupos vulneráveis	
Tecido empresarial reduzido	Dificuldade de inserção profissional
Emprego precário	
Pouca atractividade para os jovens da oferta de trabalho existente	

Problemas de diagnóstico	Reformulação dos Problemas
Isolamento da população idosa e dependente	Respostas sociais insuficientes face às necessidades da população
Exclusão social e auto-exclusão dos idosos	
Falta de estruturas de apoio ao cidadão com dificuldade de integração social	
Envelhecimento da população	Aumento do nº de utentes com problemáticas transversais e lacunas nas respostas integradas, nomeadamente de articulação da acção social e saúde
Falta de estruturas de apoio ao cidadão portador de deficiência	
Consumo excessivo de álcool na população adulta	
Falta de apoio a famílias com baixos recursos	Elevado nº de habitações degradadas e sem condições de habitabilidade
Carência habitacional de famílias com baixos recursos	
Degradação do parque habitacional	
Problemas de articulação entre as várias entidades	Problemas de articulação entre as várias entidades
Deficiente circuito de comunicação em rede	Deficiente circuito de comunicação em rede

4. Eixos de Desenvolvimento Social do Município de Armamar

Problemas	Eixos
<p>Iletracia familiar – desvalorização da importância da Educação</p> <p>Insuficiência e desadequação de equipamentos de apoio à aprendizagem e socialização da criança</p> <p>Carência de respostas e programas de articulação da educação formal e não formal específicos dirigidos a crianças e jovens</p>	<p>I</p> <p>Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco</p>
<p>Baixas qualificações escolares e profissionais</p> <p>Dificuldade de inserção profissional</p>	<p>II</p> <p>Escolarização, Formação e Empregabilidade</p>
<p>Respostas sociais insuficientes face às necessidades da população</p> <p>Aumento do nº de utentes com problemáticas transversais e lacunas nas respostas integradas, nomeadamente de articulação da acção social e saúde</p> <p>Elevado nº de habitações degradadas e sem condições de habitabilidade</p>	<p>III</p> <p>Respostas de apoio a grupos em situação de fragilidade social e pessoal</p>
<p>Problemas de articulação entre as várias entidades</p> <p>Deficiente circuito de comunicação em rede</p>	<p>IV</p> <p>Consolidação do Trabalho em Rede com vista à sustentabilidade do Desenvolvimento Social</p>



Eixo I- Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos	Acções	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Iletracia familiar – desvalorização da importância da educação	Eixo I Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco	Trabalhar as competências pessoais e sociais das famílias	1. Implementar medidas de promoção, protecção e apoio, com vista à prevenção em meio familiar	Articulação com os vários serviços existentes no Município de Armamar: Serviço Local da Segurança Social, Gabinete de Psicologia da Câmara Municipal e Gabinete IN do Projecto Escolher Ser, Rede Social e CPCJ. Envolver os vários técnicos do Município Elaborar o Diagnóstico da problemática com vista a uma candidatura a programas nacionais e/ou comunitários	1.1 Anualmente, 20 pais participam numa acção de formação/sensibilização direccionadas para o desenvolvimento de competências pessoais, parentais e sociais, em áreas temáticas como: <ul style="list-style-type: none"> Competências parentais; Cuidados primários/básicos com as crianças; Intervenção a nível da prevenção primária do alcoolismo; Negligência; maus tratos; violência doméstica; autoridade abusiva; Higiene e salubridade/ saúde pública 	Levantamento do nº de indivíduos com handicaps e que são o público-alvo privilegiado destas acções, nomeadamente: famílias sinalizadas na CPCJ; famílias beneficiárias de RSI e/ou com acordos de inserção e famílias com filhos a estudar e em risco de insucesso e abandono escolar	Freguesias Centro de Saúde CPCJ Câmara Municipal Serviço Local da Segurança Social	2007	Aquisição de competências sociais, pessoais e parentais Pais e comunidade informados e sensibilizados em várias temáticas	- nº de acções realizadas - nº de indivíduos participantes - resultados de fichas de Avaliação - grau de envolvimento dos participantes
					Formar um grupo que frequentará a acção, de acordo com o perfil dos indivíduos	Definir a problemática a tratar e os conteúdos da mesma	Contactar uma entidade para por em prática a acção	Realização da acção	2007	Prevenção de risco e apoio a famílias em situações de fragilidades várias
					1.2. Em 31 de Dezembro de 2008, estará criada uma equipa pluridisciplinar, constituída por técnicos das várias Instituições do Município com vista ao apoio e acompanhamento psico-social a famílias e crianças com NEE – Necessidades Educativas Especiais, com insucesso escolar, em risco de abandono e outras problemáticas psico-sociais com urgência de intervenção	Definir funções – a que problemáticas cada técnico poderá dar resposta Elaborar o diagnóstico de situações; encaminhamentos e apoios pontuais Criar uma base de dados de crianças, jovens e famílias a necessitar deste tipo de apoio Candidatura a Programa para Criação de um Centro Psico – pedagógico (equipa pluridisciplinar – psicólogo, assistente social, terapeutas, professores especializados)	Câmara Municipal: Rede Social; CPCJ; Programa Escolhas Gabinetes Acção Social e Psicologia Agrupamento Vertical de Escolas Segurança Social Fundação Gaspar e Manuel Cardoso Santa Casa da Misericórdia	2007 2007 2007 2007 2008		

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos	Acções	Parceiras	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Insuficiência e desadequação de respostas e equipamentos de apoio à aprendizagem e socialização da criança	Eixo I Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco	Dotar o Município de novos equipamentos e requalificar os existentes	<p>2. Promover o sucesso educativo através da diversificação do ensino e criação e melhoria das condições físicas dos estabelecimentos de ensino</p> <p>3. Reforçar a prática do desporto e da cultura como factor de desenvolvimento e prevenção de comportamentos de risco</p>	<p>Articulação com o Conselho Municipal de Educação e Carta Educativa do Município</p> <p>Potenciar os recursos humanos existentes a nível do associativismo local, incentivando-os a apresentar projectos de dinamização de novos espaços desportivos e culturais</p>	<p>2.1. Requalificar a oferta de educação pré-escolar, dotando, até 2010, todos os jardins de infância do sector público de Armamar, de condições ergonómicas, de conforto e segurança</p> <p>2.2. Criar, até 2010, um equipamento escolar que concetre todos os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico do Município</p> <p>2.3. Criar, até 2009, nova unidade de Creche, com capacidade para 30 crianças</p>	<p>Requalificação dos Jardins de Infância</p> <p>Construção do Centro Escolar de Armamar</p> <p>Construção de novo equipamento</p>	<p>Câmara Municipal Agrupamento Vertical de Escolas</p> <p>Câmara Municipal Agrupamento Vertical de Escolas</p> <p>Fundação Gaspar e Manuel Cardoso</p> <p>Câmara Municipal</p>	<p>2008</p> <p>2008</p> <p>2008</p> <p>2008</p> <p>2008</p>	<p>Estabelecimentos de ensino com melhores condições físicas, com ambientes seguros e agradáveis</p> <p>Reabilitação dos recursos e oferta de uma resposta de ensino com qualidade</p> <p>Aumento da capacidade de cobertura de equipamentos dirigidos à primeira infância</p> <p>Reforço e diversificação da oferta de bens e serviços promotores do desenvolvimento social, cultural e desportivo no Município</p>	<p>- nº de jardins de infância requalificados</p> <p>- prazo previstos para a execução - prazo efectivo de execução</p> <p>- prazo previstos para a execução - prazo efectivo de execução - nº de vagas criadas</p> <p>- prazo previstos para a execução - prazo efectivo de execução</p>
					<p>Construção das Piscinas cobertas</p> <p>Construção de um Auditório municipal</p>					

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos	Acções	Parceiras	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Carência de respostas e programas de articulação da educação formal e não formal dirigidos a crianças e jovens	Eixo I Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco	Diversificar as respostas existentes na área da infância e juventude	4. Adotar estratégias de prevenção em meio escolar e na comunidade	Articulação com a Unidade de Prevenção de Viseu – Instituto da Droga e da toxicodependência Articulação com as medidas do Projecto Escolhas	4.1. Desenvolver, ao longo de cada ano, um conjunto de iniciativas no meio escolar e na comunidade, com vista à informação/formação e sensibilização para as questões de risco na infância e juventude	Divulgação de Guião de despistagem de crianças em risco em meio escolar	CPCJ Agrupamento Vertical de Escolas	2007	Potenciar factores de protecção, inibindo factores de risco Entender a criança e o jovem numa perspectiva integrada Aumento o nível de informação/sensibilização sobre substâncias psico-activas e riscos iminentes ao seu consumo	- nº de crianças participante - resultados de fichas de avaliação - nº de sessões realizadas - nº de participantes
						Trabalho com as Educadoras de Infância e Professores do 1º Ciclo, no âmbito dos Direitos da Criança	CPCJ Agrupamento Vertical de Escolas	2007		
						Acção de sensibilização na EB 2/3 de Armamar, dirigidas aos Directores de Turma de Professores, no âmbito das situações de risco em meio escolar, da denúncia e do papel e importância da CPCJ	CPCJ Agrupamento Vertical de Escolas	2007		
						Acção de sensibilização nas Freguesias, a interlocutores privilegiados – Presidentes de Junta e Párocos no âmbito das situações de risco, da denúncia e do papel e importância da CPCJ	CPCJ Juntas de Freguesia Paróquias	2007		
						Acções de sensibilização dirigida aos alunos no âmbito da Prevenção Primária das Toxicodependências	CPCJ Agrupamento Vertical de Escolas	2007		
			5. Promover acções que permitam, a todas as crianças e jovens do Município, a igualdade de oportunidades no acesso a iniciativas e respostas inclusivas	Articulação entre os vários projectos existentes e respectivos parceiros	5.1. Anualmente, 200 crianças e jovens do Município participam em actividades lúdico-educativas diversas, com vista ao desenvolvimento das suas competências culturais, sociais e pessoais	Dinamização de ateliers em várias áreas	Consórcio do Projecto Escolhas	2007	Participação activa e positiva das crianças e jovens do Município de Armamar, em actividades saudáveis, alternativas à ocupação de tempos livres	- nº de actividades desenvolvidas - nº de participantes
						Actividades desportivas	Juntas de Freguesia	2007		
						Visitas de estudo	Associações Culturais e Recreativas	2007		
						Grupo de teatro		2007		
						Colónia de férias		2007		
5.2. Criar, durante o ano 2007, espaços públicos de acesso às TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação no Município, prevendo uma utilização anual de 500 utilizadores	Criação do “Espaço Internet” no Mercado Municipal em Armamar	Dinamizar Espaços Internet (serviço itinerante) em várias Freguesias do Concelho	Realizar formações de Competências Básicas a nível das TIC	Câmara Municipal	2007	Incluir a cultura das TIC na comunidade	- nº de Freguesias abrangidas - nº de visitas aos espaços Internet - nº de formações realizadas - nº de certificados atribuídos			
				Consórcio do Projecto Escolhas	2007					
				Juntas de Freguesia Associações Culturais e Recreativas	2007					

Eixo II - Escolarização, Formação e Empregabilidade

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos	Acções	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Baixas qualificações escolares e profissionais	Eixo II Escolarização, Formação e Empregabilidade	Investir na qualificação da população do Município	<p>1. Elevar os níveis de escolarização e formação da população jovem e dos adultos pouco escolarizados do Município de Armamar</p>	<p>Desenvolver uma actuação conjunta, nos domínios da educação, qualificação e formação profissional, entre as entidades com responsabilidade nestas áreas</p> <p>Estabelecer protocolos com entidades acreditadas para a formação</p> <p>Elaborar candidatura ao Programa Operacional Temático: POTENCIAL HUMANO do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013</p> <p>Estabelecer protocolo, para a certificação, com um Centro Novas Oportunidades</p>	<p>1.1. Diversificar a oferta do ensino profissionalizante em contexto escolar, através da criação, em cada ano lectivo, de cursos CEF – Cursos de Educação e Formação, com cursos adequados ás expectativas e interesses dos jovens alunos</p>	<p>Curso de Jardinagem, leccionado nos anos 2007/2008</p> <p>Curso de Jardinagem leccionado nos anos 2008/2009, para 14 jovens</p>	Agrupamento Vertical Escolas	2007 2008	Aumentar o nº de alunos que concluíam o 9º ano de escolaridade e motivá-los a prosseguir os estudos a nível do secundário	- nº de cursos realizados - nº de jovens participantes
					<p>1.2. Desenvolver, até 2010, mecanismos que fomentem a aprendizagem ao longo da vida da população adulta do Município, promovendo acções de alfabetização e educação extra-escolares</p>	<p>Bolsa de alfabetização na Freguesia de Fontelo a funcionar em 2007</p> <p>Candidatura a bolsas de alfabetização para outros anos</p>	Agrupamento Vertical Escolas	2007 2008	Permitir o acesso à formação a indivíduos com baixos níveis de escolaridade	- nº de inscrições - nº de formandos
					<p>1.3. Elevar, até 2010, os níveis educacionais de 150 indivíduos, em idade activa, através da implementação de Cursos EFA – Educação e Formação de Adultos com equivalência escolar e/ou profissional</p>	<p>Curso EFA B2 escolar em Armamar</p> <p>Curso EFA B3 escolar em Santa Cruz</p> <p>Curso EFA B3 escolar em Queimadela</p> <p>Curso EFA B3, profissionalizante, na área de acompanhamento a idosos e crianças</p>	Agrupamento Vertical Escolas	2007 2007 2007 2007	Qualificar a população do Município, através de cursos que permitam uma dupla certificação: elevando os níveis educacionais, por um lado e permitir uma qualificação profissional certificada, por outro	- nº de cursos realizados - nº de formandos inscritos - nº formandos a frequentar as acções - nº formandos que concluíram os cursos e obtiveram certificação
					<p>1.4. Aumentar o nº de indivíduos com habilitações a nível do 12º ano</p>	<p>Curso EFA B3, profissionalizante, na área da informática</p>	Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado	2007		
						<p>Curso EFA B3, profissionalizante, na área do turismo e hotelaria</p>		2007		
						<p>Curso EFA B3, profissionalizante, na área da pichelaria, electricidade e gás</p>		2007		
						<p>Curso EFA B4, profissionalizante, na área dos idosos</p>		2008		
						<p>Curso EFA B4, profissionalizante</p>	Agrupamento Vertical Escolas	2008		
						<p>Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências a nível do B4</p>		2007		

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Estratégias	Objetivos Específicos	Acções	Parceiras	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Dificuldade de inserção profissional	Eixo II Educação, Formação e Empregabilidade	Combater o desemprego e fomentar o empreendedorismo	2. Promover, até 2010, respostas facilitadoras de inserção profissional da população em idade activa	Articulação com o Centro de Emprego de Lamego Articulação com o Gabinete IN – Inserir e Informar do Projecto Escolher Ser Articulação com as Empresas locais Articulação com o IAPMEI com vista à informação de programas e oportunidades existentes e testemunhos de boas práticas Articulação com a Associação Nacional de Direito ao Crédito, no âmbito do Microcrédito	1.5. Ter em 2009, um Centro Novas Oportunidades a funcionar em Armamar	Candidatura a um Centro Novas Oportunidades	Agrupamento Vertical de Escolas	2007	Certificar a população adulta do município, através do sistema RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências	- nº de inscrições - nº de adultos certificados
					1.6. Ter, em 2009, uma entidade acreditada para a formação	Candidatura à certificação pelo IQF (Instituto para a Qualidade na Formação), de uma entidade do Município	Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado	2008	Facilitar o acesso à formação Profissional	- Entidade acreditada
Dificuldade de inserção profissional	Eixo II Educação, Formação e Empregabilidade	Combater o desemprego e fomentar o empreendedorismo	2. Promover, até 2010, respostas facilitadoras de inserção profissional da população em idade activa	Articulação com o Centro de Emprego de Lamego Articulação com o Gabinete IN – Inserir e Informar do Projecto Escolher Ser Articulação com as Empresas locais Articulação com o IAPMEI com vista à informação de programas e oportunidades existentes e testemunhos de boas práticas Articulação com a Associação Nacional de Direito ao Crédito, no âmbito do Microcrédito	2.1. Conhecer, até final de 2007, as necessidades de formação do Município	Elaborar um estudo/diagnóstico das necessidades de formação no Município de Armamar: elaboração e aplicação de inquérito; tratamento dos dados; compilação e apresentação dos resultados	Câmara Municipal Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado	2007	Adequar a formação profissional às necessidades existentes	- nº de entidades existentes/ contactadas - nº de inquéritos aplicados
					2.2. Criar, no espaço de um ano, um sistema de informação da oferta e procura de emprego no Município de Armamar	Criação de uma base de dados da oferta e procura de emprego – Bolsa de Emprego	Núcleo Executivo	2007	Incentivar o investimento privado no Município e o auto-emprego	- nº de indivíduos registados - nº de empresas registadas
					2.3. Implementar, ao longo de cada ano, iniciativas que permitam, quer às entidades empregadoras, quer à população activa, obter informações de respostas e apoios existentes com vista ao empreendedorismo e à inserção sócio-profissional	Realizar Seminários/Jornadas para a inserção Implementar acções de formação no âmbito da criação do próprio emprego Candidatura a uma UNIVA – Unidade de Inserção na Vida Activa	Núcleo Executivo	2007 2008 2009	Conhecimento de potencialidades locais e apoios à fixação de empresas	- nº de participantes - nº acções realizadas - grau de satisfação dos participantes

Eixo III – Respostas de apoio a grupos em situação de fragilidade social e pessoal

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Estratégias	Objetivos Específicos	Ações	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Respostas sociais insuficientes face às necessidades da população	Eixo III Respostas de apoio a grupos em situações de fragilidade social e pessoal	Melhorar as condições de vida dos idosos do Município	1. Aumentar e diversificar as respostas sociais existentes para a população idosa, minimizando situações de isolamento e exclusão	<p>Articulação das várias entidades do município que actuam na área da acção social</p> <p>Articulação entre as IPSS's</p> <p>Articular as actividades dos Programas em execução no Município com actividades com os idosos</p> <p>Candidaturas a Programas nacionais e europeus, nomeadamente ao PARES e CONTRATOS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CLDS)</p> <p>Articulação com a equipa do ISS, IP, na orientação para a criação da bolsa de voluntariado</p>	1.1. Aumentar em 35% a capacidade instalada em internamento, criando 25 novas vagas, até 2010	Construção de novos equipamentos e remodelação de outros, para a valência Lar	IPSS's Segurança Social	2007	Diminuir a lista de espera das Instituições na valência Lar	- nº de vagas criadas
					1.2. Estender, até 2009, os Serviços de Apoio Domiciliário a todas as Freguesias do Município	Firmar novos acordos típicos com a segurança Social	Segurança Social	2008	Garantir a satisfação das necessidades básicas do idoso, mantendo-o na sua habitação	- nº de novas Freguesias abrangidas - nº de novas vagas
					Redefinir a área de intervenção de cada instituição neste domínio		IPSS's Associação de solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado Santa Casa da Misericórdia de Armamar	2007	Maior rentabilização dos recursos e melhoria da qualidade nos serviços prestados nos SAD	
					1.3. Ter criado, até 2010, dois novos equipamentos para a valência de Centro de Dia	Candidatura para criação de equipamento	IPSS's Segurança Social	2007 2008	Criar espaços de convívio para os idosos	- nº de novos equipamentos criados na valência - nº de novas vagas criadas
					1.4. Implementar, até 2010, a valência Centro de Noite, com capacidade para 20 utentes	Candidatura para implementar valência	IPSS's Segurança Social	2008 2009	Evitar a institucionalização do idoso e permitir a satisfação das suas necessidades durante a noite	- nº de novos equipamentos criados na valência - nº de idosos abrangidos
			1.5. Criar, até 2009, uma equipa pluridisciplinar de apoio psico-social e de animação comunitária aos idosos em lar e em domicílio	Elaborar e executar um plano de actividades anual de animação com os idosos, em parceria com as várias instituições do Município	IPSS's Juntas de Freguesia Segurança Social Câmara Municipal	2007 2008	Romper o isolamento da população idosa	- nº de pessoas implicadas nas actividades - nº de actividades desenvolvidas - nº de idosos abrangidos		
			Criar uma equipa de voluntariado							

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Estratégias	Objetivos Específicos	Ações	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Aumento do nº de utentes com problemáticas transversais e lacunas nas respostas integradas, nomeadamente de articulação da acção social e saúde	Eixo III Respostas de apoio a grupos em situações de fragilidade social e pessoal	Articular o trabalho da acção social com a saúde	2. Criar um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, abrangentes, flexíveis e articulados de apoio social e de saúde	Articulação dos Serviços do Centro de Saúde com o Serviço Local da Segurança Social Articulação dos Serviços do Centro de Saúde com as Instituições que prestam Serviços de Apoio Domiciliário Sinalização das situações de alcoolismo e toxicod dependência, por parte dos técnicos das várias Instituições	2.1. Estar em funcionamento, em 2010, uma estrutura que proporcione serviços de saúde a idosos e dependentes, que temporariamente deles necessitem	Criação de uma Unidade de Cuidados Continuados	Centro de Saúde Segurança Social Fundação Gaspar e Manuel Cardoso	2009	Prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas, que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar	- prazo de execução - nº de vagas criadas
					2.2. Ter criado, em 2010, mecanismos que nos permitam conhecer e intervir a nível do alcoolismo e da toxicod dependência, nomeadamente através da criação de um observatório	<p>Criar projecto de intervenção a nível do alcoolismo</p> <p>Estudo sobre bebedores excessivos e toxicod dependentes</p>	Centro de Saúde Segurança Social Câmara Municipal CPCJ Segurança Social NIJ CPCJ Juntas de Freguesia	2007	Identificar focos de incidência e conhecimento real e concreto da problemática, com vista à intervenção	- parceiros envolvidos na elaboração - nº reuniões efectuadas - nº de casos sinalizados e encaminhados
					2.3. Criar respostas capazes de satisfazer as necessidades básicas do indivíduo em domicílio, articulando os serviços de apoio domiciliário e de saúde	Acções de informação/sensibilização à comunidade	Segurança Social NIJ CPCJ	2008	Identificar focos de incidência e conhecimento real e concreto da problemática, com vista à intervenção	- parceiros envolvidos no estudo - nº de casos identificados
						Implementação do Apoio Domiciliário Integrado - ADI	Centro de Saúde Segurança Social IPSS's	2008	Prolongar a vida autónoma do idoso, evitando a institucionalização	- nº de instituições envolvidas - nº de utentes abrangidos

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objectivos Estratégicos	Estratégias	Objectivos Específicos	Ações	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Elevado nº de habitações degradadas e sem condições de habitabilidade	Eixo III Respostas de apoio a grupos em situações de fragilidade social e pessoal	Intervir a nível habitacional, numa perspectiva de integração	3. Melhorar as condições habitacionais das famílias carenciadas do Município	Estabelecer protocolo com o INH - Instituto Nacional de Habitação Articulação com os Programas nacionais de habitação existentes Articulação dos serviços da acção social da Câmara Municipal e o PCHI – Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas Articulação com as IPSS's, no sentido do diagnóstico de carências habitacionais dos idosos beneficiários dos SAD (Serviços de Apoio Domiciliário)	3.1. Executar, até 2010, um conjunto de acções na área da habitação que possibilite: a criação de um Observatório para a Habitação e uma intervenção concertada nesta problemática, no Município	Estudo das necessidades habitacionais da população do Município	Câmara Municipal Segurança Social	2007	Promover o apoio à habitacional em articulação com outras políticas sociais	- nº parceiros envolvidos - nº de casos a necessitar de intervenção
					Elaborar um guia de recursos na área da habitação relativa a programas existentes de apoio à requalificação habitacional	Juntas de Freguesia	2007		- data de finalização do documento	
					Divulgar o guia de recursos elaborado e encaminhamento de situações		2008		- nº de pessoas com acesso à informação - nº de situações encaminhadas	
					Encetar esforços no sentido de estabelecer, até 2009, protocolos com o INH para intervir a nível da habitação		2008		- Protocolos estabelecidos	
					3.2. Garantir que, 50% dos apoios concedidos, anualmente, à habitação pelo gabinete de acção social da Câmara Municipal se destinem a pessoas idosas	Apoiar a intervenção nas habitações dos idosos mais carenciados do Município	Câmara Municipal Segurança Social Juntas de Freguesia	2008	Prolongar a permanência dos idosos na sua habitação, prevenindo a institucionalização	- total de pedidos de apoio - % de apoio a pessoas com mais de 65 anos

Eixo IV – Consolidação do trabalho em rede e sustentabilidade do desenvolvimento social

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Estratégias	Objetivos Específicos	Ações	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Problemas de articulação entre as várias entidades	Eixo IV Consolidação do Trabalho em Rede e sustentabilidade do Desenvolvimento Social	Reforçar as dinâmicas de parceria existentes	1. Implementar medidas que promovam e consolidem a metodologia do trabalho participado da rede social concelhia	Articulação com a equipa central do programa Rede Social do Instituto da Segurança Social (ISS, IP) Garantir as dinâmicas de participação dos parceiros na execução, monitorização e reformulação do PDS Articulação com outros planos nacionais: Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI); Plano Tecnológico (PT); Plano Nacional de Saúde (PNS); Plano Nacional de Emprego (PNE) e Plano de Acção e Integração para Pessoas com Deficiência e Incapacidades (PAIPD) Realização de reuniões com os parceiros	1.1. Ter assegurado, em Dezembro de 2007, um sistema de informação que permita a manutenção do diagnóstico social, mantendo actualizadas as suas informações	Constituir um sistema de recolha de dados e indicadores sociais do Município	Conselho Local de Acção Social Núcleo Executivo	2007	Actualização constante do Diagnóstico Social	- nº de indicadores definidos - parceiros implicados na recolha
					1.2. Implementar, um programa de formação, com início em 2007, dirigido aos recursos humanos das Instituições de Solidariedade Social do Município	Implementar acções de formação e especialização profissional relativamente às valências existentes, com incidências nas áreas da Geriatria e Infância	Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado IPSS's	2007	Qualificação dos recursos humanos das instituições com vista à qualificação das respostas sociais prestadas	- nº de acções realizadas/previstas - nº de formandos participantes - relatório de actividades
					1.3. Reforçar, ao longo de cada ano, a dinamização do CLAS de Armamar	Preparar e propor alteração ao regulamento interno do CLAS, com base no Dec.- lei 115/06 de 14 de Junho Reuniões periódicas com o CLAS e Núcleo Executivo	Núcleo Executivo CLAS	2007 2007	Reforço das dinâmicas de parceria e maior participação no trabalho desenvolvido pela Rede Social de Armamar	- alterações efectuadas - nº de reuniões do CLAS - nº de reuniões do NE - assiduidade dos parceiros
					1.4. Assegurar a execução do PDS, através de relatórios de execução das actividades semestrais, por forma a garantir a sua exequibilidade	Promover a adesão de outros parceiros ao CLAS Monitorizar e avaliar a execução e as reformulações do PDS Criação de indicadores e instrumentos de monitorização Elaborar os Planos de Acção	Núcleo Executivo CLAS	2007 2007 2007	Identificar e corrigir os desvios dos objectivos propostos no PDS e PA's	- relatórios de actividades - nº de indicadores de monitorização criados - nº de reuniões efectuadas

Problemas do Diagnóstico	Eixo	Linhas de Intervenção	Objetivos Estratégicos	Estratégias	Objetivos Específicos	Acções	Parcerias	Início	Resultados Esperados	Indicadores de Monitorização
Deficiente circuito de comunicação em rede	Eixo IV Consolidação do Trabalho em Rede e sustentabilidade do Desenvolvimento Social	Promover sistemas de informação	<p>2. Desenvolver um sistema de gestão da informação, facilitador da divulgação e partilha de conhecimentos, saberes e experiências</p>	<p>Articulação com a equipa central do programa Rede Social do Instituto da Segurança Social (ISS, IP)</p> <p>Actualização da informação, através da recolha feita por cada elemento parceiro da rede</p> <p>Utilização das novas tecnologias: internet, meio de partilha de informação</p>	<p>2.1. Criar e agilizar, no espaço de um ano, um sistema de informação local partilhado, na comunidade de parceiros e na comunidade em geral com vista a difundir e tornar acessível as informações importantes no âmbito da Rede Social</p>	<p>Criação de um Guia de Recursos</p> <p>"Alimentação" e divulgação do link da Rede Social no site da Câmara Municipal</p>	<p>CLAS</p> <p>Núcleo Executivo</p>	<p>2007</p> <p>2007</p>	<p>Acesso a toda a informação da Rede Social de Armamar por parte dos parceiros e comunidade</p> <p>Permitir o acesso às informações a dados sobre a realidade com que trabalham</p>	<p>- nº de instituições implicadas</p> <p>- nº de visitas ao link</p>
			<p>3. Criar um Observatório Social do Município de Armamar</p>	<p>Articulando o trabalho dos vários parceiros, e as necessidades identificadas, será, anualmente, definida uma problemática a tratar e posteriormente criado o respectivo observatório.</p>	<p>3.1. Desenvolver, até 2010, uma rede de observatórios de problemáticas do Município (habitação, toxicodependências, deficiência) e que irão constituir o Observatório Social do Município</p>	<p>Recolha de dados estatísticos</p> <p>Realização de estudos</p> <p>Processamento da informação</p> <p>Realização de diagnóstico</p> <p>Elaboração de guia de recursos</p>	<p>Câmara Municipal – Gabinete da acção social</p> <p>Gabinete de Psicologia</p> <p>Juntas de Freguesia</p> <p>Parceiros do CLAS</p>	<p>2008</p>	<p>Conhecimento detalhado das problemáticas com vista a uma intervenção estratégica concertada</p>	<p>- pessoas envolvidas</p> <p>- nº de problemáticas tratadas</p>

5. Articulação do PDS com outros Instrumentos de Planeamento ...de incidência nacional

PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão

A luta contra a pobreza e a exclusão social inscreve-se hoje no programa estratégico de desenvolvimento da União Europeia e de cada um dos Estados Membros.

Durante a Presidência portuguesa da UE, em 1998, o nosso País desempenhou, a este respeito, um papel de importância decisiva e inquestionável, ficando a “Estratégia de Lisboa” como a marca que distingue e reafirma o carácter social da União e do seu modelo de crescimento.

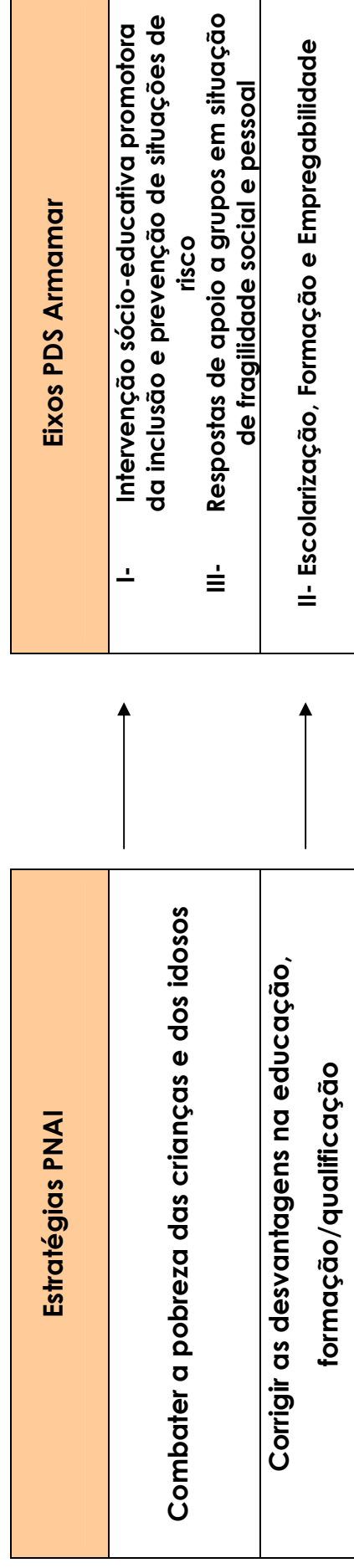
A adopção de um conjunto de medidas visando o reforço desta dimensão à escala nacional e europeia, representa, assim, a vontade comum do combate firme por políticas inclusivas, sustentáculo de uma Europa dos cidadãos.

Uma dessas medidas, a par com um novo método de coordenação, é a que determina a elaboração de **Planos Nacionais de Acção para a Inclusão**, capazes de fixar objectivos e metas quantificadas nos vários domínios sectoriais e frentes em que se desenvolve este combate. É assim que, cada Estado Membro apresentou o seu segundo Plano, que marcará, durante um período de dois anos, as diferentes políticas e medidas.

Em Portugal, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão para o período 2006 – 2008, apresenta como prioridades de intervenção: **combater a pobreza das crianças e dos idosos**, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania; **corrigir as desvantagens na educação, formação/qualificação e ultrapassar as discriminações**, contemplando uma perspectiva de promoção de igualdades entre homens e mulheres e reforçando a integração das pessoas com deficiência e emigrantes.

Os Planos de Desenvolvimento Social Concelhios, são pois os instrumentos por excelência de operacionalização dos vários instrumentos estratégicos nacionais e fundamentalmente do PNAI. A realização das actividades propostas em planos locais e as metas e resultados atingidos vão pois contribuir para os objectivos definidos a nível nacional e assim contribuir para as metas que Portugal pretende alcançar em termos de combate à pobreza e exclusão social.

O **Plano de Desenvolvimento Social do Município de Armamar** articula-se com as estratégias definidas no **PNAI 2006 – 2008**, na medida em que os eixos definidos vão de encontro com as políticas prioritárias deste:



PNE - Plano Nacional de Emprego

O PNE 2005-2008, pretende dar resposta às condições feitas a Portugal no quadro do sistema de coordenação aberta e monitorização instituído para a União Europeia para o emprego. **Atrair mais pessoas para o mercado de trabalho e fazer do trabalho uma opção real para todos; Aumentar a adaptabilidade dos trabalhadores e das empresas; Investir com mais e maior eficácia no capital humano e na aprendizagem ao longo da vida**, são pois os aspectos que Portugal definiu como prioridades.

Os grandes desafios do PNE, inserido por sua vez no PNAE – Plano Nacional de Acção para o Crescimento e Emprego, passam por Promover a criação de emprego, prevenir e combater o desemprego; Gerir, de forma preventiva e precoce os processos de reestruturação e deslocalização empresarial; Promover a flexibilidade com segurança no emprego; Reforçar a formação e qualificação da população portuguesa e Modernizar o sistema de protecção social.

O **Plano de Desenvolvimento Social de Armamar**, vem por sua vez de encontro a uma das grandes estratégias do PNE, na medida em que nos seus 1º e 2º eixos de intervenção vai procurar implementar medidas destinadas, por um lado, a evitar comportamentos de risco, nomeadamente a nível do abandono e insucesso escolares, através da criação de mais e melhores condições de ensino (ensino profissionalizante e criação do Centro Escolar), e por outro, a aposta na escolarização e formação da população adulta, com vista a uma melhor oportunidade de emprego e a uma maior participação social, enquadrando-se na prioridade da estratégia europeia para o emprego: Investir mais em capital humano, melhorando a educação e as competências.

Estratégias PNE
<p>Investir com mais e maior eficácia no capital humano e na aprendizagem ao longo da vida</p> <p>Reforçar a formação e qualificação da população portuguesa</p>



Eixos PDS Armamar
<p>I - Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco</p> <p>II- Escolarização, Formação e Empregabilidade</p>

PT - Plano Tecnológico

O Plano Tecnológico identifica-se como uma Estratégia de Crescimento, Tecnologia e Inovação. É um mapa de acções destinadas a criar melhores condições para a inovação, tendo como foco principal a empresa. Estrutura-se em 3 Eixos:

- Eixo I** - Qualificar elevando os níveis educativos médios da população portuguesa ;
- Eixo II** – Vencer o atraso científico e tecnológico;
- Eixo III** – Imprimir um novo impulso à inovação.

Mais uma vez, a escolarização e qualificação da população se apresenta como uma estratégia de intervenção, onde a Iniciativa Novas Oportunidades assume um papel relevante. Deste modo, também aqui, o Eixo II- Escolarização, Formação e Empregabilidade do PDS de Armamar se articula com uma das prioridades do PT.

Eixo PT
Eixo I - Qualificar elevando os níveis educativos médios da população portuguesa



Eixos PDS Armamar
II- Escolarização, Formação e Empregabilidade

QREN 2007-2013 – Quadro de Referência Estratégica Nacional

Nos termos do mandato do Grupo de Trabalho Quadro de Referência Estratégica Nacional (GTQREN), foram definidas propostas de prioridades estratégicas para o próximo período de programação dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão em Portugal. Com vista a assegurar, de forma sustentável, o crescimento da economia e do emprego, foram propostas, como prioridades estratégicas do QREN:

- **Promover o crescimento sustentado;**
- **Garantir a coesão social;**
- **Qualificar as cidades e o território;**
- **Assegurar a governança eficiente.**

Promover o Crescimento Sustentado, através da competitividade da economia e da qualificação do emprego. A competitividade conseguida pelo aumento da capacidade competitiva das empresas, a qualificação do emprego, pela melhoria da qualidade dos activos empregados, pela valorização dos recursos humanos.

Garantir a Coesão Social, propiciando a melhoria das condições de empregabilidade e consequentemente o crescimento do emprego. Tal objectivo, implica necessariamente a melhoria da qualificação escolar e profissional da população, privilegiando a formação ao longo da vida, o combate ao insucesso e abandono escolar precoce.

Por outro lado, a coesão social só será assegurada se se considerar, como estratégia, a inclusão social, cujos objectivos prioritários passam pela minimização das diversas manifestações de pobreza, o que implica uma atenção especial aos grupos sociais mais vulneráveis à pobreza.

Qualificar as Cidades e o Território, através de uma estratégia dirigida a assegurar ganhos ambientais, cujas actuações devem respeitar a protecção e valorização da natureza e biodiversidade, a garantia da qualidade do ar e as emissões atmosféricas, a gestão sustentável dos recursos hídricos, as energias renováveis e a prevenção e combate à desertificação. Por outro lado, há também que ter em conta promover o ordenamento do território e prevenir riscos.

Assegurar a Governança Eficiente, através da modernização da administração pública e dos eficientes sistemas sociais e colectivos (sistemas de ensino, saúde, protecção social, justiça e administração fiscal).

Prioridades estratégicas QREN
Garantir a coesão social



Eixos PDS Armamar
<ul style="list-style-type: none"> II- Escolarização, Formação e Empregabilidade III- Respostas de apoio a grupos em situação de fragilidade social e pessoal

PDM – Plano Director Municipal

No momento de elaboração deste Plano de Desenvolvimento Social, o Plano Director Municipal do Município de Armamar encontrava-se em fase de revisão, pelo que não foi possível fazer uma relação exacta daquilo que são os seus eixos prioritários. Porém, e dado ao que foi definido pelos técnicos responsáveis pela elaboração do PDM, os objectivos constantes neste PDS, em nada vão contra às orientações do PDM, prevendo-se que as linhas orientadoras deste PDS serão tidas em conta naquilo que será a política social e de qualidade de vida do Município.

Carta educativa

Tal como o Plano de Desenvolvimento Social, a Carta Educativa é um importante instrumento de planeamento estratégico na política educativa municipal. Para além de se debruçar sobre a realidade existente, ela é também um instrumento de apoio a quem tem responsabilidade de gerir as questões da educação e da formação num dado território.

Tal como a define o Decreto-Lei nº 7/2003 de 15 de Janeiro, a *Carta Educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que sejam necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-educativo de cada município.* A educação não pode

pois ser vista num contexto isolado, mas sim, numa constante articulação com o social. Problemas relacionados com a educação e/ou a falta dela, acarretam consigo problemas sociais.

Assim, a Carta educativa do Município de Armamar, aprovada em Assembleia Municipal, face à caracterização sócio-educativa do município definiu como princípios orientadores:

- Criar uma oferta de educação pré-escolar que contribua para efectivar a sua universalização e que corresponda às necessidades de todas as famílias;
- Concentrar as escolas do 1º ciclo do ensino, aumentando a qualidade do parque escolar, de modo a que o processo educativo se possa desenvolver de forma harmoniosa;
- Contribuir para a diminuição do insucesso educativo criando condições necessárias ao estabelecimento das redes de cooperação entre diferentes entidades que sobre ele possam actuar;
- Contribuir para a melhoria do desempenho do sistema educativo e colaborar na formação, em diferentes níveis, dos seus actores;
- Incentivar um melhor desempenho das diferentes unidades educativas e colaborar para a visibilidade da acção educativa das escolas junto da comunidade;

- Apoiar o desenvolvimento de acções que contribuam para uma elevação do nível educacional da comunidade;
- Contribuir para melhorar a oferta educativa e formativa disponível no Concelho de modo a dar resposta às necessidades da comunidade.

Estas linhas orientadoras, transcritas da Carta Educativa do Município de Armamar, articulam-se perfeitamente nos eixos de intervenção deste PDS, nomeadamente nos **Eixos I – Intervenção sócio-educativa promotora da inclusão e prevenção de situações de risco**, onde se criaram actividades para trabalhar as crianças e jovens em idade escolar, bem como as competências parentais dos agregados familiares, e **Eixo II – Escolarização, formação e Empregabilidade**, onde são definidas estratégias com vista a elevar os níveis educacionais e de formação da população adulta pouco escolarizada, bem como criar condições de incentivo e motivação dos alunos a completar o 12º ano.

6. Sistema de Monitorização e Acompanhamento

O processo de monitorização do PDS tem por base um sistema de acompanhamento, da responsabilidade do Núcleo Executivo, a quem compete a **monitorização permanente** da sua implementação.

O Núcleo Executivo encarregar-se-á de, de acordo com o definido quer no PDS quer no respectivo Plano de Acção – PA, analisar se os indicadores de resultados fixados em cada um dos objectivos e metas estão ou não a ser atingidos e agilizar formas para que cada instituição, com responsabilidades nas execuções das acções, cumpra com os compromissos assumidos na elaboração daqueles instrumentos estratégicos.

Com este acompanhamento, teremos informações sempre actuais do grau de execução das actividades e respectivos *timings*, para deste modo podermos, atempadamente e se necessário, proceder a medidas e ajustes por forma a corrigir os desvios verificados. Por outro lado, estaremos a contribuir, desde já, para a **auto-avaliação e avaliação interna** do Projecto, na modalidade **on-going**. Os indicadores de avaliação: adequação; pertinência; eficácia; eficiência; equidade e impacto, serão tidos em conta desde o primeiro minuto de monitorização do PDS e PA, e manter-se-á ao longo de toda a sua execução.

Importa ainda referir que todo o **processo** de acompanhamento, monitorização e avaliação será **participado**, para o qual contribuirão os vários actores e destinatários do mesmo.

7. Enquadramento Financeiro

O PDS envolve recursos provenientes de várias fontes e instituições. Exige a adopção de várias medidas que por sua vez se encontram, também elas, contempladas em outros planos estratégicos, nomeadamente nacionais. Como tal, a implementação das medidas inscritas neste PDS, para além do financiamento dos Orçamentos de Estado e da Segurança Social, vai também recorrer ao apoio da EU – União Europeia, através dos vários programas financiados pelo FSE – Fundo Social Europeu, no âmbito do QREN – Quadro de Referência Estratégico 2007-2013, bem como de Iniciativas Comunitárias.

Pretendemos apresentar candidaturas a Programas nacionais e comunitários que possam abrir, para conseguir implementar as acções a que nos propusemos neste Plano de Desenvolvimento Social. Inicialmente e grande parte da actividades serão assegurados pelos recursos endógenos das Instituições do Município, que embora escassos, são aqueles com que no momento podemos contar. Referimo-nos, sobretudo, à massa humana das instituições e às suas capacidades de trabalho.

No momento, em termos de programas, temos um bom recurso, que nos permitirá dar resposta a algumas actividades do PDS, nomeadamente a acções direccionadas às crianças e jovens: o Projecto Escolher Ser do Programa Escolhas, que estará em execução até 2009.

8. Considerações Finais

Recolher para conhecer! Conhecer para identificar e planear! Planear para agir! Agir para solucionar!

Foi com base nestas premissas que ao longo desta fase de implementação da Rede Social de Armamar, com início em Março de 2005, os documentos de planeamento estratégico foram elaborados e constituem, neste momento, uma base de trabalho fundamental na área social no Município.

Do Pré-Diagnóstico ao Plano de Acção procurámos sempre envolver os parceiros na recolha dos dados, no diagnóstico dos problemas, na definição das linhas estratégicas de intervenção, e por fim, na co-responsabilização na execução das actividades.

Resta-nos agora dar continuidade ao trabalho realizado ao longo destes dois anos, mantendo actualizado o Diagnóstico, revendo e avaliando o Plano de Desenvolvimento Social e respectivos Planos de Acção e reforçando sempre a ideia, junto dos parceiros, que só com a colaboração de todos poderemos desenvolver um bom trabalho, unindo esforços e rentabilizando recursos.

Bibliografia

- CAPUCHA, LUÍS e alii, *Metodologias de Avaliação de Intervenções Sociais*, Lisboa, PROFISS, 1999
- Carta Educativa do Conselho de Armamar, 2006
- GUERRA, Isabel, AMORIM, Alexandre, *Construção de um Projecto*, Lisboa, PROFISS, 1999
- Plano de Desenvolvimento Social, Programa Rede Social, ISS- Instituto de Segurança Social, 2003
- Plano Estratégico da Acção Social 2004-2008, Ministério da Segurança social, da família e da Criança
- PNAI – Plano Nacional de Acção para a Inclusão 2006-2008
- PNE – Plano Nacional de Emprego 2005

PT – Plano Tecnológico

PNACE – Programa Nacional de Acção para o Crescimento Económico e o Emprego
2005/2008

Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013

<http://www.ine.pt>

<http://www.pnai.pt>

<http://www.dgeep.miss.gov.pt>

Entidades e Profissionais que participaram na elaboração do PDS

Câmara Municipal de Armamar

Cláudia Jesus

António Manuel Silva

Helena Vilela Vidazinha

Ivete Centenário

Helena Santos

Segurança Social – Serviço Local

Teresa Morgado

Agrupamento Vertical de Escolas

Cristina Mexia

Sandra Raposo

Instituto de Reinserção Social de Lamego

José Parente

Instituto da Droga e da Toxicod dependência
Delegação Regional do Centro
Unidade de Prevenção de Viseu
Catarina Durão

Guarda Nacional Republicana
Posto de Armamar
Pedro Costa

Santa Casa da Misericórdia de Armamar
Manuel Correia da Silva
Manuela Pires

Fundação Gaspar e Manuel Cardoso
Alfredo Libório

Centro Social e Paroquial de Fontelo
Gil Mendonça

Associação de Solidariedade Social de S. Cosmado

Américo Moreira

Emília Santos

Associação Recreativa e Cultural da Folgosa

Augusto Azevedo

Associação Desportiva e Cultural de Queimada

José do Nascimento Cardoso

Junta de Freguesia de Aldeias

Alexandre Magno

Junta de Freguesia de Arícera

José Manuel Pinheiro Machado

Junta de Freguesia de Santo Adrião

António Teixeira Marques

Junta de Freguesia de S. Cosmado

José Augusto Rodrigues

Entidades que constituem o Conselho Local de Acção Social de Armamar

- Agrupamento Vertical de Escolas de Armamar
- Associação Cultural e Recreativa “Jograis de Gogim”
- Associação Cultural e Recreativa de Lumiares
- Associação de Solidariedade Social e Recreativa de S. Cosmado
- Associação Desportiva e Cultural de Queimada
- Associação Desportiva e Cultural da Folgosa
- Associação Humanitária Bombeiros Voluntários
- Câmara Municipal de Armamar
- Centro Cultural e Recreativo de S. Cosmado
- Centro de Saúde de Armamar
- Centro Distrital de Segurança Social
- Centro Social Cultural e Recreativo Pioneiros de Queimadela
- Centro Social e Paroquial de Fontelo
- Centro Social e Paroquial de Queimada
- Fundação Gaspar e Manuel Cardoso

- Freguesia de Aldeias
- Freguesia de Armamar
- Freguesia de Arícera
- Freguesia de Cimbres
- Freguesia de Coura
- Freguesia de Fontelo
- Freguesia da Folgosa
- Freguesia de Goujoim
- Freguesia de Queimada
- Freguesia de Queimadela
- Freguesia de Santa Cruz
- Freguesia de S. Martinho das Chãs
- Freguesia de Santo Adrião
- Freguesia de S. Cosmado
- Freguesia de Santiago
- Freguesia de S. Romão
- Freguesia de Tões
- Freguesia de Vila Seca
- Grupo Recreativo, Cultural e Desportivo de Vila Seca
- Instituto de Reinserção Social
- Instituto da Droga e da Toxicoddependência – Unidade de
Prevenção de Viseu

- Instituto do Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Lamego
- Santa Casa da Misericórdia de Armamar

NÚCLEO EXECUTIVO

- Agrupamento Vertical de Escolas de Armamar
- Associação Desportiva e Cultural da Folgosa – em representação das Associações de Cultura e Recreio do Concelho
- Câmara Municipal de Armamar
- Centro de Saúde de Armamar
- Centro Distrital de Segurança Social
- Freguesia de Aldeias – em representação das Freguesias do Concelho
- Santa Casa da Misericórdia de Armamar – em representação das Instituições Particulares de Solidariedade Social